

ESTADO, IDEOLOGIA E CAPITAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CONTRADIÇÕES DO LULISMO E SURGIMENTO DO BOLSONARISMO⁹□

WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO¹⁰

“Os homens cometem o erro de não saber quando limitar suas esperanças”

MAQUIAVEL¹¹

RESUMO

Este artigo analisa como no Brasil lulista, a produção e o consumo consignados ao crédito se tornam a mediação para proporcionar a melhoria de vida dentro da ordem, capturando ideologicamente a subjetividade das massas sob um Estado regido pela lógica social da mercadoria integrada ao processo global de acumulação do capital. A análise prossegue apontando no campo ideológico a passagem dialética que permite, a partir das contradições do lulismo, o surgimento do bolsonarismo dentro de uma totalidade que denominamos como a questão da política enquanto uma contradição em processo.

Palavras-chave: Estado. Ideologia. Capital. Lulismo. Bolsonarismo.

STATE, IDEOLOGY AND CAPITAL IN CONTEMPORARY BRAZIL: CONTRADICTIONS OF LULISMO AND THE DEVELOPMENT OF BOLSONARISMO

ABSTRACT

This article analyzes how, in lulist Brazil, production and consumption consigned to credit become the mediation to provide the improvement of life within the order, ideologically capturing the subjectivity of the masses under a state governed by the social logic of the commodity integrated to the global process of accumulation of capital. The analysis goes on to point out in the ideological field the dialectical passage that allows, from the contradictions of Lullism, the emergence of Bolsonism within a totality that we call the question of politics as a contradiction in process.

Keywords: State. Ideology. Capital. Lulismo. Bolsonarismo.

Introdução

9. Este artigo deriva da pesquisa doutoral do presente autor, realizada com fomento do Programa CAPES/PDSE, mediante bolsa sanduiche (Brasil/Alemanha) sob o Processo n°. 88881.133482/2016-01. Parte do seu conteúdo resulta do desenvolvimento, aprimoramento e ampliação dos argumentos apresentados no trabalho intitulado Estado, capital e forma política na “nova república” brasileira, apresentado no II Encontro Nacional dos GT's Marx da ANPOF, realizado na UFC, em 2017. Anais publicados em: << <https://drive.google.com/file/d/1SvAGPXwDD0HsTmu0M3Rz-OCHG-7Z8NgW/view> >> Acesso em: 28. dez. 2018.

10. Professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em filosofia pelo Programa Integrado de Pós-graduação em Filosofia UFPE/UFPB/UFRN, com estudos doutorais na Alemanha (HGB-Leipzig) mediante bolsa CAPES/PDSE. O autor mantém um blog no qual escreve sobre filosofia política, que pode ser acessado em: <https://wecio.blogspot.com> E-mail: weciop@hotmail.com

11. Apud BELL, 1980, p. 319.

A questão da política se constitui na urdidura da contradição. Sob tal pressuposto, não é novidade que toda a trama da democracia moderna passa pela mediação de uma forma política determinante: o Estado. Quando falamos em contradições sociais na modernidade, a mediação do Estado na relação do capital com o trabalho se revela uma dimensão essencialmente ideológica, isto é, o campo das formas de vivenciar o conteúdo das relações sociais entre sociedade civil e Estado é o que constitui ideologicamente a questão da política em sua realidade efetiva sob a dominação do capital. A sociedade capitalista é, por definição, uma sociedade ideologizada; ou seja, não basta que o capitalismo produza mercadorias, também é preciso produzir ideologias, e isto diz respeito às formas de vivenciar o conteúdo das relações sociais de modo que as contradições objetivas sejam “harmonizadas” subjetivamente, o que para a sociedade civil se realiza no e pelo o Estado, a forma política que sanciona o contrato social que subjugava o trabalho à propriedade privada.

Para uma melhor compreensão, é importante qualificar a questão da política, definindo-a no seu conceito concreto pensado enquanto uma totalidade constituída entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais historicamente estabelecidas como um conjunto de mediações condensadas no capital¹² sob a lógica do valor, e para além da aparência fenomênica da mercadoria (capital que neste século XXI maximiza seu estágio de acumulação fictícia)¹³; e de outro, a forma como esse conteúdo é vivenciado sob a ideológica mediação do Estado na sociedade civil, por meio da qual a subsunção do trabalho a um momento do desenvolvimento do capital, é sancionada jurídico e politicamente. Nesta direção, enquanto uma contradição em processo, conteúdo e forma compõem uma totalidade a qual problematizamos como a questão da política. Sob este esquema teórico, assumimos a chave heurística que nos diz ser das contradições estabelecidas entre o conteúdo e a forma na constituição das relações sociais, do que decorre a urdidura entre Estado, ideologia e capital na questão da política na modernidade.

Neste artigo, analisamos algumas dessas mediações estabelecidas entre a sociedade civil e o capital sob a ideológica mediação do Estado. Para fundamentar a nossa aproximação crítica à questão da política, primeiramente traçamos um paralelo entre o Estado racional hegeliano e a crítica marxiana à filosofia do direito de Hegel, sob a inflexão da nossa compreensão acerca da ideologia¹⁴. Em seguida, abordamos a questão da política no Brasil,

12. Dizemos que a totalidade concreta das mediações estão condensadas no capital, porque na sociedade moderna ele se torna cada vez mais autônomo e dita as regras da sociabilidade. Basta lembrar quando que Marx se dirige ao debate acerca da propriedade e da renda da terra nos seus Grundrisse, ele nos alerta que “a renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra. Após o exame particular de cada um, é necessário examinar a sua relação recíproca.” (MARX, 2011a, p. 60, grifo meu).

13. Mais a frente trataremos dessa questão ao falar de negócios fictícios e capital fictício.

14. Essa compreensão será apresentada ao longo deste trabalho. No entanto, em sua tese de doutorado, o presente autor apresenta em pormenores a sua formulação acerca da relação entre ideologia e capital na sociedade moderna (ARAÚJO, 2018).

a partir da crítica de Marx ao capital fictício imbricada com a questão da dívida pública e suas determinações para as relações sociais, o que passa substancialmente pelo Estado. Miramos a nossa crítica na sociedade brasileira contemporânea, mais precisamente na quadra história que engloba os fenômenos do lulismo e do bolsonarismo.

2. A contradição em questão e os seus fundamentos teórico-metodológicos

Na sua filosofia do direito¹⁵, Hegel elabora a contradição fundante da sociabilidade burguesa. Ele foi quem permitiu o desenho primacial dessa contradição como um suprassumir (Aufheben) entre dois lados (sociedade civil e Estado) inseparáveis que compõem o movimento constituinte da morfologia política da sociedade moderna. Qual seria esta contradição?

Hegel inicia sua crítica ao Estado pelos indivíduos com os seus interesses egoístas que são disputados no campo aberto da sociedade civil-burguesa (bürgerliche Gesellschaft). Nesta última, ele situa o trabalho como mediação das carências sociais dos indivíduos, e aponta a propriedade privada enquanto fundamento econômico e social do direito nesta sociedade. Ele foi o primeiro a perceber a contradição fundamental que mais tarde inspirou Marx: o fato de que é a partir da propriedade privada que se fundam o direito e a jurisdição desta sociedade. Hegel se questionou o seguinte: como pode o direito, a ética e a moral de uma sociedade estarem fundados na propriedade privada? Na sua crítica, Marx radicaliza a indagação hegeliana e identifica no capital a razão social viva e imanente à sociedade civil-burguesa que se manifesta objetivamente como a relação social determinante desta sociedade entre, de um lado, os indivíduos que detêm a propriedade privada dos meios de produção, e de outro, aqueles que só detêm a sua força de trabalho. Deste modo, o capital resulta do desenvolvimento histórico do processo de trabalho subsumido à propriedade privada dos meios de produção, fenômeno este sancionado pelo sistema de normas jurídicas institucionalizado no Estado.

Não obstante, na tentativa de encontrar uma unidade dialética entre razão e liberdade, Hegel tentou resolver a contradição apontando o Estado enquanto esfera da moralidade objetiva, da realidade política em ato; nele, a liberdade obtém o seu valor supremo, e por isso o Estado possui um direito soberano perante os indivíduos que, em serem membros deste, são livres à medida que transcendem a esfera egoístico-passional alcançando a esfera ético-política no exercício da cidadania, o que os libertaria do egoísmo da propriedade privada. Assim, para Hegel, o Estado seria a Ideia (Idee) moral objetiva responsável por “harmonizar” as disposições egoístas dos indivíduos em suas relações

15. Cf. HEGEL, 1997.

concretas na sociedade civil-burguesa, com o conteúdo social das leis e dos costumes como substância ética determinada, superando assim a contradição política entre o conteúdo e a forma que representa a cisão política do indivíduo moderno entre razão e liberdade. É precisamente nesta “harmonização” que se produz o fenômeno ideológico, tendo em vista que o indivíduo moderno se encontra cindido entre o cidadão (Estado político) e o trabalhador (Estado não político), conforme observou Marx em sua crítica à filosofia do direito hegeliana¹⁶. A ideologia tenta “harmonizar” a distensão política estabelecida entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais estabelecido a partir da subsunção do trabalho à propriedade privada, e de outro, a forma que os indivíduos vivenciam politicamente estas relações. Marx viu nisso uma ilusão que precisava ser desmistificada pela crítica ao Estado racional hegeliano, o que representou a crítica da crítica hegeliana.

Para Hegel, a cidadania seria o espírito, enquanto racionalidade ético-política, que deve determinar o sistema geral de normas válidas (System geltender Normen) que enforma a relação entre Estado e sociedade civil. Todavia, ele não idealiza um Estado racional descolado do concreto real, pois tinha consciência que a forma fenomênica do Estado não correspondia ao seu conceito. Diante das contradições que constituem o Estado em sua realidade concreta, ele aponta que se deve buscar construir um Estado racional como corolário de um institucionalismo no qual a cidadania pudesse levar os indivíduos a suprassumir a esfera egoístico-passional das disputas mesquinhas na sociedade civil, ascendendo à esfera ético-política exercida no Estado como exercício efetivo e real da liberdade - o que ele chamou de sistema de eticidade (Sittlichkeit). No entanto, na sua crítica a Hegel, Marx aponta na propriedade privada a determinação histórica concreta que contamina o Estado racional hegeliano com a condição de classe e o revela subjugado à acumulação do mais valor enquanto razão social desenvolvida entre o trabalho e a propriedade privada na sociedade capitalista.

Portanto, a partir de Marx o Estado não pode mais se manter na conservadora utopia ético-política da Ideia moral objetiva de Hegel, mesmo que tenha sido nesta formulação que se fundou a compreensão de que há uma contradição ineliminável entre os processos de trabalho (sociedade civil) e as normas jurídicas (o Estado)¹⁷. Após revirar grande parte do sistema hegeliano, Marx desnuda na forma do valor a substância social que subjuga todo o sistema de eticidade ao capital revelado como a relação social determinante na modernidade. Em suma, depois da crítica marxiana, o Leviatã se revelou uma monstruosidade ideológica.

A forma ideologia adquire um grande peso nesta sociedade ético e politicamente

16. Sobre essa questão entre Estado político e Estado não político, ver artigo do presente autor publicado na Revista Argumentum (ARAÚJO, 2011). Disponível em: << <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/549> >> Acesso em 14. março. 2019.

17. É importante salientar que, guardadas as devidas proporções, o jovem Hegel já tinha clareza acerca disso nos escritos de Jena, assim como também tratou do valor nessa fase da sua obra. Marx desconhecia estes textos.

organizada no e pelo Estado. Nesse contexto, a mediação ideológica vem operar no sentido de “harmonizar”, ou até mesmo suavizar a fratura fundante da modernidade, que tem sua razão ontológica apresentada na filosofia hegeliana como uma racionalidade imanente à dinâmica política desenvolvida nesta sociedade fundada na propriedade privada. A questão pode ser formulada em poucas palavras: a contradição que define a vida política moderna, se dá, entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais construídas a partir da propriedade privada e do capital, e de outro, a forma como essas relações são vivenciadas politicamente pelos indivíduos no interior da relação entre sociedade civil e Estado sob a lógica social da mercadoria, a qual subjaz a forma do valor; a esta contradição em processo denominamos a questão da política. Como vimos, apesar de Hegel oferecer os meios para a crítica desta contradição, no seu tempo ainda não temos suas determinações afloradas, como ocorrerá no tempo de Marx, pelo que, este sim, é o responsável pela viragem e atualização da filosofia política hegeliana, capaz de ir buscar no campo da economia política, o cariz e a estrutura ontológicos das rupturas e continuidades que caracterizam o modo de ser da modernidade totalizado no capital.

A partir da sua crítica a Hegel, Marx decifra a relação entre o Estado e a sociedade civil subjugada ao capital sob a mediação de uma dama ardilosa: a ideologia. A questão da Ideia moral objetiva hegeliana, em Marx, se revela em sua razão social na crítica da ideologia como uma crítica do valor, do dinheiro, da mercadoria e todas as demais formas sociais sintetizadas no capital. O Estado deve ser submetido à crítica, embora sem esta se deixar iludir pelos seus artifícios ideológicos e esquecer da racionalidade social imanente à todas as formas sociais, políticas e jurídicas nesta sociedade: o mais valor (Mehrwert), a essência social do capital. Por isso, para Marx, conforme destaca Zizek (2010), a ideologia era sempre do Estado e, como apontou Engels, o próprio Estado é a primeira força ideológica.

3. Do Plano Real às contradições do lulismo: Estado e capital fictício

No Brasil, o Plano Real foi o primeiro grande avanço no sentido de abrir caminho para a financeirização da economia, sobretudo no âmbito das questões monetária e fiscal. O governo FHC concentrou seus esforços em uma política econômica de ajustes determinados pelo capital financeiro nacional e internacional, resultando em taxas de juros elevadas e profundo endividamento a partir de acordos com organismos financeiros internacionais (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002), comprometendo assim grande parte de recursos do orçamento público com a acumulação do capital como dívida pública. Trata-se de um processo de enriquecimento dos credores do Estado, permitindo-os tomar para

si, enquanto ganhos financeiros, quantias cada vez maiores retiradas do montante de tributos produzidos pela sociedade, conforme descreveu Marx no livro terceiro d'O Capital (1985; 2016) - explicaremos melhor mais a frente. Após a era FHC, segundo André Singer¹⁸, “decidido a evitar confronto com o capital, Lula adotou política econômica conservadora” (2012, p. 10). Em um primeiro momento temos o seguinte:

Nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) aumentou os juros de 25% para 26,5%. De modo a pagar a dívida contraída com essa elevação, o Executivo subiu a meta de superávit primário de 3,75 em 2002, já considerada alta, para 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto), e anunciou em fevereiro, enorme corte, de 14,3 bilhões de reais, no orçamento público, quase 1% do produto estimado para aquele ano. O poder de compra do salário mínimo foi praticamente congelado em 2003 e 2004. Para completar o pacote, em 30 de abril de 2003, o presidente desceu a rampa do Planalto à frente de extensa comitiva para entregar pessoalmente ao Congresso projeto com reforma conservadora da Previdência Social. Entre outras coisas, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) acabava com aposentadoria dos futuros servidores públicos. O efeito das decisões foi o esperado. O crescimento caiu de 2,7% nos doze últimos meses de Fernando Henrique Cardoso para 1,3% do PIB nos primeiros doze do PT. O desemprego aumentou, passando de 10,5% no derradeiro dezembro tucano para 10,9% no primeiro dezembro petista (2003). A renda média do trabalhador caiu 12,3%. As instituições financeiras tiveram um resultado 6,3% maior (Ibidem, loc. cit.).

Em um segundo momento, temos o que nomeamos como a contradição parteira do lulismo: para reverter a situação do desemprego, a gestão lulo-petista ampliou este processo de financeirização ao campo social alcançando o “pleno emprego”, entre outras inegáveis conquistas sociais, por meio do máximo de crédito implementado nos processos de produção e reprodução, porém, não levou em conta a contradição extrema que não tarda em arrebentar entre a capacidade de reprodução do capital industrial e os limites do consumo. Marx explica que: “Enquanto o processo de reprodução mantém a fluidez e assim assegura o retorno do capital, esse crédito perdura e se expande, e essa expansão é baseada sobre a do próprio processo de reprodução” (1985, p. 555); no entanto, quando os negócios estancam, o retorno dos pagamentos não acontece e o crédito contrai-se, colapsando toda a estrutura econômica que dele depende. E acrescenta: “Num sistema

18. Sobre o livro do André Singer, em primorosa resenha, Luis Felipe Miguel (2013) diz que: “A tese principal do livro é que o ‘reformismo fraco’ do lulismo não é o abandono, muito menos a traição, e sim a ‘diluição’ do ‘reformismo forte’ do petismo de antes. O reformismo diluído lulista evita a todo custo o confronto com a burguesia, optando por políticas que, na aparência, não afetam quaisquer interesses estabelecidos. Tal opção não se deve, ou não se deve principalmente, ao jeito matreiro e ao pendor acomodaticio do ex-presidente, como a imprensa gosta de afirmar. É fruto, por um lado, da chantagem que os proprietários fizeram nas campanhas presidenciais do PT, desde a ameaça aberta de desinvestimento em 1989 até a elevação exagerada do câmbio em 2002. Lula aprendeu que não deve mexer com o capital. Por outro lado, a diluição do reformismo reflete a compreensão de que o maior contingente do eleitorado brasileiro - o ‘subproletariado’, segundo o conceito que o livro busca na obra de Paul Singer - deseja um Estado ativo no combate à pobreza, mas que não ponha em risco a manutenção da ‘ordem’.”

de produção em que o mecanismo do processo de reprodução repousa sobre o crédito, se este cessa bruscamente [...], deve evidentemente sobrevir crise¹⁹” (Ibidem, p. 563).

A contradição não para por aí: o aquecimento da indústria e do mercado por meio do crédito ultrapassa os limites capitalistas da sua própria produção e reprodução reais, embora o capital financeiro desconheça limites em sua fetichista razão de ser. Assim, países inteiros podem ter suas economias fragilizadas ou até mesmo destruídas por um eventual descompasso gerado por uma corrida violenta dos credores por meios de pagamento em face do esgotamento de um ciclo econômico produtivo sob a especulação do capital financeiro. Surge então o fenômeno que Marx denominou de negócios fictícios (Scheingeschäften)²⁰. No estágio fictício do capital financeiro, o processo global de acumulação capitalista se apresenta determinado pelo fetiche do mais valor no mercado de capitais, que subjuga toda a esfera produtiva.

Nesta direção, importa compreender o seguinte: Marx esclarece que a “acumulação do capital da dívida pública nada mais significa que o aumento de uma classe de credores do Estado, a qual tem o direito de tomar para si certas quantias tiradas do montante de tributos” (MARX, 1985, p. 548; 2016, p. 262) produzidos na e pela sociedade; e sobre a acumulação de capital como dívida pública, Marx a descreve como um movimento ilusório (illusorisch):

[...] a respeito da forma peculiar da acumulação do capital-dinheiro (Geldkapital) e da riqueza monetária em geral, reduz-se ela a acumulação de direitos de propriedade sobre o trabalho. [...] Esses títulos de dívida, emitidos em troca de capital originalmente emprestado e há muito tempo despendido [...] servem de capital para os respectivos possuidores, na medida em que são mercadorias vendáveis e por isso podem ser reconvertidos em capital. Os títulos de propriedade sobre sociedades mercantis, ferrovias, minas, etc. são por certo [...] direitos sobre capital real (wirkliches Kapital). Entretanto, não permitem que se disponha desse capital, que não pode ser extraído donde está. Apenas dão direito à parte da mais-valia a ser obtida. Mas, esses títulos constituem também duplicação em papel do

19. Segundo GONTIJO e OLIVEIRA (2009, p. 5), desde 1825, no capitalismo as crises financeiras se tornaram mais ou menos decenais.

20. No capítulo XIX d'O Capital, do livro terceiro, Marx considera apenas os movimentos puramente técnicos efetuados pelo dinheiro no processo de circulação do capital industrial (o que inclui também o capital comercial) que, ao se tornarem autônomos transformam parte desse capital justamente em capital financeiro (Geldhandlungskapital) - que corresponde ainda à gênese daquilo que particularmente conhecemos hoje sob a designação homônima. Rigorosamente, em alemão, este termo se constitui em uma palavra composta: Geld (que significa “dinheiro”) + Handlung (“ato” ou “ação”) + Kapital (“capital”). Desse modo, podemos entender que o Geldhandlungskapital indica o capital na forma de dinheiro capaz de agir puramente como dinheiro que se valoriza como mais dinheiro por meio de movimentos puramente técnicos e fictícios, isto é, sem qualquer lastro real na produção; é o dinheiro que se valoriza pelo dinheiro, como um vinho que envelhece com o tempo puramente pela transformação de suas propriedades materiais intrínsecas. No caso do dinheiro, as propriedades em questão se dão como um movimento fetichista, dado que, obviamente, não são propriedades materiais, mas se trata de “propriedades espirituais” constituídas como uma razão social imanente. Não é por acaso que no capítulo XXXII, Marx alerta que “Sob esse aspecto, a acumulação de capital dinheiro reflete sempre acumulação de capital maior que a existente na realidade” (1985b, p. 581), ou seja, trata-se de uma acumulação fictícia, mas que é vivenciada como real no capitalismo, posto que passa a determinar e subjugar as esferas da produção e da reprodução sociais nesta sociedade. Surge assim uma nova forma do capital que se autovaloriza no limite do fetiche pelo fetiche do mais valor, que Marx denomina de Capital fictício (fiktives Kapital). Ele se refere claramente à uma distensão entre, de um lado, a realidade da produção, e de outro, o movimento fetichista do capital financeiro que só é capaz de se sustentar em formas econômicas de natureza ideológica na esfera fetichista dos negócios fictícios, que hoje assumem a designação de mercado financeiro.

capital real [...] Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes [...] Tornam-se formas do capital produtor de juros [...] Mas duplicatas negociáveis por si mesmas, como se fossem mercadorias, e circulando por isso como valor-capital (Kapitalwerte), são ilusórios [illusorisch] (MARX, 1985, p. 548; 2016, p. 262).

Chegamos ao momento no qual o dinheiro se autovaloriza pela razão social imanente ao conteúdo das relações sociais que se constituem no mais valor como dinheiro enquanto direitos de propriedade sobre o trabalho; o dinheiro se torna um Coisa viva que busca se valorizar pelo seu próprio movimento fictício. É um capital dinheiro (Geldkapital) que, na forma de títulos da dívida pública, concedem ao seu possuidor, direitos sobre o capital real (wirkliches Kapital) - situado na produção industrial -, porém, como um duplo (fictício) deste capital real, esse capital dinheiro não existe, embora, virtualmente se movimenta e se acumula contando que irá dispor de parte do mais valor ainda a ser produzida e obtida; ou seja, neste movimento, este capital dinheiro se constitui como uma ficção: uma forma econômica que se destaca do capital real (produção), e se autovaloriza na forma fetichista denominada de dividendos que, por direito, o credor do Estado tem propriedade simplesmente por ter comprado os referidos títulos de propriedade sobre o trabalho, mesmo que esse trabalho ainda nem sequer tenha se realizado e produzido valor. São literalmente negócios fictícios (Scheingeschäften), como denominou Marx. Embora, ideologicamente essa ficção é vivenciada como real e dita as regras do capitalismo atual, tendo no Estado o seu conduto de passagem entre a esfera econômica e a esfera política desta sociedade. Essa forma ultrafetichista da acumulação capitalista adquiriu todo o poder na conjuntura hodierna e se constitui na expressão contemporânea daquilo que Marx denominou por capital fictício (fiktives Kapital).

No caso da dívida pública de países como o Brasil, que tem sua economia completamente vinculada ao insaciável sistema de crédito global, só se pode manter gastos com bem-estar social enquanto isto não significar um impasse para a capacidade de pagamento de juros pelo Estado aos seus credores, embora sejam os trabalhadores que se exaurem para sustentar a carga tributária que gera receita para esse Estado pagador de juros. Sabemos que países recebem notas de agências financeiras capitalistas de acordo com avaliações ideológicas acerca da sua capacidade de pagamento, e toda sociedade, sobretudo a classe trabalhadora, deverá custear tamanho endividamento.

É preciso lembrar que enquanto os gastos com políticas públicas beneficiam milhões de trabalhadores e os setores mais pobres da população, o pagamento de juros favorece apenas uma minoria de rentistas. No entanto, para o Estado brasileiro, o pagamento da dívida é priorizado em detrimento da vida e das pessoas, sob a legitimação jurídica da responsabilidade fiscal e de noções ideológicas como superávit primário. As políticas

monetária e fiscal implementadas desde o Plano Real implicaram na privatização, no endividamento público e na alta tributação em prol do capital fictício, assim como a priorização da dívida em detrimento dos investimentos produtivos e dos gastos sociais com políticas públicas. Segundo dados da Receita Federal, analisados por Ivo Lesbaupin e Adhemar Mineiro (2002, p. 17), na era FHC - de 1995 a 2001 -, a dívida pública mobiliária federal, apesar do absurdo pagamento de juros nesse período, aumentou de 61,8 bilhões de reais para 624,1 bilhões de reais. Tudo isso sob a justificativa da ideológica noção econômica de superávit primário, que não leva em consideração os gastos financeiros operacionais (pagamento de juros), e por isso, fazem as contas do governo parecerem equilibradas entre receitas e despesas, no sentido de montar um cenário econômico atrativo ao capital financeiro.

No ciclo expansivo brasileiro da era lulo-petista entendido a partir das mediações que esboçamos aqui, tais aspectos da contradição que denominamos como parteira do lulismo, foram se acumulando até irromperem na crise (econômica e política) que levou à derrocada do governo Dilma. As análises imediatistas preferem abordar essa crise apenas pela sua face política estreita e aparente, não raro, isolada e polarizada entre extremos ideológicos redundantes (o esquema clássico entre “esquerda” e “direita”). Porém, se abordada como um todo em suas mediações, a questão envolve a manifestação de conflitos disparados por contradições engendradas entre a forma política e o conteúdo social²¹ da dominação capitalista em seu estágio financeiro globalizante e fictício; e também particularmente, como isso se desdobra no ambiente nacional na forma como todo esse conteúdo é vivenciado em suas refrações sociais e políticas no conjunto da sociedade brasileira segundo as suas características históricas. A chave heurística marxiana permanece válida²²: a vida política não poderá ser compreendida em sua totalidade sem a busca daquelas mediações com a produção e a reprodução sociais e as contradições que lhe estão implícitas.

A forma política historicamente desenvolvida e assumida no período pós-ditadura pelo Estado brasileiro foi a “nova república”, mesmo que, segundo a cientista política Maria Abreu²³, os movimentos sociais clamassem muito mais por eleições diretas, igualdade de direitos, constitucionalização dos direitos sociais e participação social, do que pela republicanização do Estado. Segundo ela, esperava-se construir uma relação entre o Estado e a sociedade civil na qual esta última pudesse progressivamente adentrar o primeiro

21. Neste argumento somos devedores ao brilhante comentário de Herbert Marcuse elaborado como epílogo para a edição alemã de 1965 da obra O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, escrita por Karl Marx, In: MARX, 2011b.

22. Em setembro de 1890, Engels declara seu incômodo com o determinismo econômico, ao escrever a Joseph Bloch: “[...] o elemento determinante da história é, em última instância, a produção e reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. [...] se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e vazia” (ENGELS; MARX, 1977, p. 34).

23. A cientista política Maria Abreu, em ensaio para a Revista Cult (Edição de outubro de 2015), analisa o descompasso histórico entre a demanda por democratização e a por republicanização na formação do Estado brasileiro pós-ditadura.

enquanto espaço público; sobretudo para formular as políticas públicas, e assim legitimar o próprio Estado por meio da participação social - e talvez foi essa a “esperança” que alguns setores de esquerda alimentaram com a eleição de Lula.

No entanto, o arranjo ideológico não ocorreu pela organização política dessa massa. Ao contrário, o Estado sob a gestão lulo-petista fez a mediação ideológica no sentido de estimular o consumo em massa por meio do acesso ao crédito enquanto a principal forma de vivenciar politicamente o conteúdo das relações sociais consignadas ao capital financeiro; o crédito se tornou a inferência sob a qual ocorreu a mediação entre o Estado e a sociedade civil, tanto para a massa como para o setor produtivo; assim, a totalidade social foi incorporada na lógica financeira do valor em seu estágio mais avançado que, como vimos, Marx chamou de capital fictício (*fiktives Kapital*)²⁴.

O André Singer clareia o contexto no qual surge o lulismo, ao apontar no subproletariado brasileiro uma massa política socialmente amorfa - posto que é desprovida de qualquer consciência de classe crítica de si - e que ganha corpo social por meio do consumo:

Aos esforços empreendidos para entender o lulismo, vale acrescentar a sugestão de que ele é, sobretudo, representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização. Por isso, só podia aparecer na política depois da chegada de Lula ao poder. A combinação de elementos que empolga o subproletariado é a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaça à ordem estabelecida (SINGER, 2012, p. 51-52).

A demanda priorizada no Estado brasileiro, em todos os governos desde a “redemocratização”, tem sido eminentemente aquela de caráter econômico no sentido de atender à criação e manutenção do ambiente necessário ao processo de financeirização.

Chegada a era lulo-petista a coisa fica mais complexa: as gestões petistas não romperam com essa arquitetura anterior a seus governos, apesar dos contraditórios ganhos sociais, a exemplo do crescimento do Programa Bolsa Família e o impacto disso ao longo dos dois governos Lula. A mefistofélica contradição desses avanços sociais está no fato de que tudo ocorreu ligado ao sistema de crédito global sob a dinâmica dos negócios fictícios, que adentrou, numa proporção nunca vista antes, à realidade das classes de baixa renda, criando um novo mercado de bens de consumo duráveis e, conseqüentemente, um ciclo econômico expansivo puxado pela transformação dos pobres em consumidores. Milhões de brasileiros saem da extrema pobreza e passam a ter acesso a um cartão de crédito.

24. Cf. MARX, 1985, p. 460 vv.; 2016, p. 167 vv.

Também empresas (grandes e pequenas) encontram no crédito uma forma de expandir seus negócios - vide o cartão de crédito empresa do BNDES²⁵.

No fechamento da mediação, temos o capital fictício “harmonizando” ideologicamente a luta de classes por meio do crédito instrumentalizado politicamente pelo Estado; eis a urdidura entre capital, ideologia e Estado. Ora, o capital fictício encontrou uma forma de incluir todas as classes e extratos sociais em sua rede financeira de autovalorização, que se ampliou penetrando todos os setores da sociedade. Longe de quaisquer ideias socialistas, a razão dialética do Programa Bolsa Família passava pelo Estado e foi profundamente ideológica em sentido favorável ao capital, a saber: conseguir fazer distribuição de renda integrada à dinâmica contemporânea da lógica do valor. Os milhões de usuários do Bolsa Família, por meio do acesso à renda vinculado ao crédito, integram uma astuta forma ideológica de vivenciar o conteúdo das relações sociais de maneira politicamente favorável ao capital fictício.

A mediação ideológica acontece à medida que o programa social pacifica a luta de classes sob a lógica social da forma mercadoria, posto que estimula o consumo pelo crédito, que aquece não somente a indústria, mas também as finanças. Este aquecimento recebeu estímulo direto: tanto na indústria, com as excessivas desonerações fiscais, que acabam se transformando em “transferência de renda” para os empresários; quanto nas finanças, com a redução dos spreads concedidos aos bancos²⁶ ocorrida sobretudo nos governos Dilma. São determinações da economia política, constituídas na relação entre conteúdo e forma. Temos então a imbricação ideológica de mútuas determinações entre o valor, a mercadoria, o capital, e claro, o Estado. Alysson Mascaro, que discute determinações dessa problemática no campo do direito na sua obra Estado e Forma Política (2013, p. 20-21), raciocina de maneira bem próxima da nossa, ao dizer que

Com o desenvolvimento das relações capitalistas, é possível compreender um vínculo necessário entre o processo de valor de troca e determinadas formas que lhe são necessariamente correlatas, tanto no nível social quanto no político e no jurídico. As interações entre os indivíduos não mais se estabelecem por meio de junções imediatas aleatórias ou mandos diretos ocasionais ou desconexos, mas por intermédios de formas sociais que possibilitam a própria estipulação e inteligibilidade das relações e que permitem a reiteração dos vínculos assumidos. [...] Formas sociais são modos relacionais constituintes das interações sociais, objetificando-as. Trata-se de um processo de mútua imbricação: as formas sociais advêm das relações sociais, mas acabam por ser suas balizas necessárias. A reprodução do capitalismo se estrutura por meio de formas sociais necessárias e específicas, que

25. Cf. <https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/> Acesso: 27 out. 2017.

26. Laura Carvalho analisa essa questão na sua recente obra publicada, *Valsa Brasileira* (2018), na qual afirma que o governo Dilma fez transferência de renda para os ricos. Vide também a entrevista concedida pela autora acerca do seu livro. Disponível em: << <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/06/24/entrevista-laura-carvalho.htm> >> Acesso em: 05. set. 2018.

constituem o núcleo da sua própria sociabilidade. As sociedades de acumulação do capital, com antagonismo entre capital e trabalho, giram em torno de formas sociais como valor, mercadoria e subjetividade jurídica.

É justamente essa mediação que identificamos na forma ideologia que opera “harmonizando” as contradições entre o conteúdo das relações sociais e as formas (sociais e políticas) que os indivíduos vivenciam esse conteúdo no conjunto da sociedade. Não se trata apenas de representações, por assim, ideológicas, a relevância da forma ideologia está na maneira que os indivíduos vivenciam essa realidade, que tem sua razão efetiva no conteúdo das relações sociais determinado pelo valor, pela mercadoria e pelo capital. No Brasil lulista, isso se revela quando percebemos que o consumo se torna a mediação para proporcionar a melhoria de vida dentro da ordem, capturando ideologicamente a subjetividade das massas por meio de condições objetivas sofisticadamente integradas ao processo global de acumulação do capital.

Novamente Marx se mostra pertinente: “O máximo de crédito significa aí o pleno emprego, levado ao máximo, do capital industrial, isto é, a tensão extrema da capacidade de reprodução desse capital, sem levar em conta os limites do consumo” (MARX, 1985, p. 554). Assim, os limites do consumo são fortemente dilatados pela intensificação do processo de reprodução, levando à expansão da indústria em um contexto de aumento do consumo da renda dos trabalhadores e capitalistas, tudo isso por meio do crédito. Não tarda em estourar a contradição entre o consumo e o crédito, quando os limites do primeiro esbarram na necessidade do segundo de receber retorno na forma de pagamentos. Como vimos, sobretudo no segundo mandato do governo Dilma, o colapso foi inevitável e arrastou indústria, comércio e consumo; tendo em vista que todo o processo de reprodução social repousava no crédito. Mais uma vez, recorremos ao Mascaró (Ibidem, loc. cit.):

Dada a primazia das relações de produção, o Estado nesse contexto corrobora por alimentar a dinâmica de valorização do valor, como também, a seu modo, as interações sociais dos capitalistas e dos trabalhadores, tudo isso num processo contraditório. As classes burguesas, cujas frações são variadas, podem até mesmo contrastar em interesses imediatos. As lutas dos trabalhadores, engolfadas pela lógica da mercadoria, ao pleitearem aumentos salariais, cancelam a própria reprodução contínua do capitalismo. O Estado, majorando impostos ou mesmo ao conceder aumento de direitos sociais, mantém a lógica do valor.

O Estado brasileiro se apresenta fortemente subjugado à dinâmica de valorização do capital fictício. Segundo o Jornal Valor Econômico (2018), a Dívida Pública Federal (DPF) subiu 1,32% em termos nominais na passagem de novembro para dezembro de 2018,

somando R\$ 3,877 trilhões²⁷.

A questão se manifesta ainda dentro do layout genérico da contradição que formulamos inicialmente, porém precisamos desenvolvê-la ainda um pouco mais, entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais de produção situado na lógica financeira do valor, que adentra ao Brasil sob a mediação do aquecimento do mercado interno por meio do crédito consignado ao capital financeiro global, desde a produção até o consumo (crédito para produzir, para vender e para comprar); e de outro, a forma de como esse conteúdo é vivenciado, sobretudo pelos brasileiros mais pobres, que no período lulista, foi relegado sem qualquer trabalho ideológico de caráter ético-político, deixando a ideologia sob o canto da sereia do consumo como pura forma de vivenciar a lógica do valor sob total domínio do fetiche da mercadoria. Assim, na questão da política conforme desenhamos, a forma política (Estado) acabou por favorecer o conteúdo social da dominação capitalista. O lulismo combateu a miséria social, mas deixou de lado a miséria política e ideológica da massa que aderiu à liderança de Lula, seduzida pela melhoria de vida por meio do consumo.

A realidade política que o lulismo não confrontou, mas apenas administrou em favor da dominação social, é que os trabalhadores reivindicam enquanto o capital fictício determina. Por sua vez, não se pode cair na tentação de querer explicar o Brasil pelo lulismo. E aí vem a questão que se impõe ao lulismo, o que nos traz de volta à universalidade concreta no fechamento da mediação como a união entre o singular e o universal sob a inferência do particular: o conflito histórico entre a forma política e o conteúdo social desenhado aqui não se resolve apenas no campo da governabilidade, pois tem sua razão nas entranhas das relações entre Estado e sociedade civil sob as determinações do capital enquanto verdade social que na realidade se esconde pelos mesmos elementos por meio dos quais se revela em cada forma social (o dinheiro, o salário, a mercadoria, etc.). O capital, por meio do Estado, se afirma pela sua própria negação na sociedade civil, ao mesmo tempo que abrange a sua própria falsidade sob a lógica social da mercadoria estabelecida entre conteúdo social e forma política por meio da mefistofélica mediação da ideologia. Desse modo, enquanto razão social imanente à relação entre Estado e sociedade civil, a forma do valor se fortalece e se perpetua pelo seu próprio desaparecimento à medida que se desmancha no ar e se pulveriza ao longo de todas as relações sociais, desde a bolsa de valores até o chão de fábrica e a urna eletrônica.

A contradição em processo é garantida pela ideologia em sua mediação que se constitui na forma como é vivenciada a lógica do valor por meio do consumo estimulado pelo Estado. Como a racionalidade imanente que a tudo rege e determina, o valor consolida

27. Disponível em: << <https://www.valor.com.br/brasil/6091459/divida-publica-federal-fecha-2018-em-r-3877-trilhoes> >> Acesso em 31. jan. 2018.

ideologicamente a sua lógica social por meio da forma mercadoria, que é reconhecida como uma realidade pronta e imediata para ser vivida de maneira natural e inquestionável. A mediação ideológica opera na “harmonização” entre o universal (capital) e o singular (o indivíduo) sob a inferência do particular (o Estado), constituindo um conduto de passagem entre realidade e consciência que, enquanto por um lado, naturaliza a positividade imediata do conteúdo das relações sociais, por outro, desloca o seu corolário negativo, afastando assim toda criticidade na forma que a consciência desses indivíduos vivencia politicamente este conteúdo social.

Nesta direção, a forma política estatal mantém todas as formas sociais politicamente amarradas à lógica do valor em sua fase financeira e fictícia. Tudo isso não se dá apenas ao nível do conteúdo objetivo das relações sociais, mas se desdobra na forma como este conteúdo é vivenciado sob a mediação da ideologia em sua solidária vinculação ontológica com uma outra forma social sob a bênção do Estado: a mercadoria (por meio do consumo). Neste caso, à medida que promove o consumo em lugar da cidadania, o Estado passa a mediar ideologicamente a vivência da razão imanente à auto-valorização do valor que produz o capital fictício, sem confrontá-lo e aprofundado as relações de dependência do capitalismo brasileiro. O lulismo prestou um grande serviço ao capital neste sentido, posto que encontrou uma forma de combater a miséria, integrando-a à lógica do valor, e ainda minimizando o confronto político.

Após a crise do governo Dilma e o golpe de 2016 que levou ao poder Michel Temer, veio o ataque ideológico constituído no antipetismo jurídico e politicamente organizado, que teve na Operação Lava Jato²⁸ sua principal frente de combate por meio da lawfare²⁹ coligada com a mídia golpista. Com a derrocada das gestões lulo-petistas, temos um momento favorável para que uma nova liderança política pudesse canalizar as pontas soltas deixadas pelo lulismo no campo ideológico. Surge então um discurso genuinamente resultante da arcaica mentalidade política brasileira. Os seus traços mais tacanhos aparecem explícitos na síntese ideológica do “homem de bem”; todas as imagens ideológicas viscerais da formação social brasileira a floradas: o patriarcado, o autoritarismo, a exaltação da violência, a homofobia, o fundamentalismo cristão, etc. Todos os demônios do ultraconservadorismo brasileiro aparecem explícitos em uma liderança que encarna esse “homem de bem”, e mais: ostentando cinicamente a bandeira política de ser um outsider, de não fazer parte da política profissional, manchada pela pecha da corrupção. A sintomática síntese desse movimento está na máxima viral “meu partido é o Brasil”.

28. Ver ensaio intitulado Lula e Davos: a política bloqueou a si mesma?, disponível em: << <https://wecio.blogspot.com/2018/01/lula-e-davos-politica-bloqueou-si-mesma.html> >> Acesso em 31. dez. 2018.

29. Sobre lawfare, ver ensaio do presente autor publicado em seu blog. Disponível em: << <https://wecio.blogspot.com/2018/08/eleicoes-2018-nao-politica-da-lawfaree.html> >> Acesso em: 31. dez. 2018.

4. Os sentidos do bolsonarismo: um modo de ser brasileiro ideológico

Na questão da política, o lulismo nos deixou contradições que somente quando se inicia a formação do bolsonarismo é possível começar a decifrá-las na compreensão de um importante aspecto que levou ao sucesso da candidatura de Jair Bolsonaro: o autoritarismo moralista-cristão começa a construir um realinhamento ideológico entre civis (pobres e ricos) e militares, que acusa ideologicamente de “ideologia” qualquer leitura crítica da própria formação social brasileira, sob rótulos vazios como “comunismo” ou “marxismo cultural”.

Surge o bolsonarismo, fenômeno que nasce sob a urdidura da contradição em uma sociedade na qual o pobre é conservador, a pobreza é um problema moral, a riqueza é um título para poucos - afinal, todo rico é “doutor” - e o fundamentalismo cristão é a base ideológica que afasta qualquer leitura crítica da realidade social. A base da mentalidade bolsonarista é o autoritarismo de fundo moralista-cristão em uma versão tropical-digitalizada das cruzadas - as espadas desses novos templários são as fake News empunhadas digitalmente nas redes sociais. Vale lembrar que, segundo historiadores, Cruzada é o termo utilizado para qualquer dos movimentos militares de inspiração cristã, a chamada “guerra santa”.

Esse autoritarismo que constitui a base ideológica do bolsonarismo não é uma nova onda que surge na sociedade brasileira, mas se trata de uma progressão imanente à formação social ultraconservadora do Brasil, que encontrou em Bolsonaro, uma liderança. O bolsonarismo é um fenômeno brasileiro ideológico; por isso, para compreendê-lo, é preciso uma concepção da ideologia sob uma perspectiva de totalidade, isto é, não apenas como o conteúdo dos discursos, por assim dizer, ideológicos; é necessário também entender as sutilezas da ideologia como forma de vivenciar o conteúdo das relações sociais em uma sociedade marcada por contradições³⁰.

A sociedade brasileira, tendo o autoritarismo como uma determinação histórica imanente, produziu o bolsonarismo. Apesar da sua aparência cômica e pueril - repleta de vexames nacionais e internacionais -, a gravidade do bolsonarismo está no fato de que esse fundo autoritário foi canalizado e amplificado ideologicamente na forma de um Sujeito político autônomo, autoritário e raivoso, que chegou ao poder. Embora, antes disso, este Sujeito se constituiu socialmente produzindo uma profunda capilaridade ideológica na sociedade civil brasileira. Se estendeu por todas as camadas sociais, tangenciando até

30. Obviamente, os limites deste ensaio enquanto uma primeira aproximação do fenômeno, não nos permite ainda costurar as mediações entre Estado, ideologia e capital no bolsonarismo, assim como fizemos com o lulismo. Apenas sinalizamos aqui, algumas determinações de caráter ideológico, para levantar a hipótese de que o bolsonarismo é uma continuação dialética do lulismo, à medida que o primeiro costura as pontas soltas deixadas pelo segundo, como a sua antítese que canaliza e amplifica ideologicamente na arena política, o autoritarismo imanente à própria formação social brasileira não trabalhado pelo lulismo. Relacionar Estado, ideologia e capital no bolsonarismo em suas mediações mais profundas, é uma tarefa que se impõe na continuação desta pesquisa.

mesmo as contradições e oposições históricas que definem a luta de classes no capitalismo brasileiro. O bolsonarismo chegou ao poder com legitimidade política não apenas formal, mas sobretudo social e ideológica e, portanto, representa uma importante parcela do Brasil real. Em sua totalidade, é uma força política material com forte penetração nos setores majoritários da sociedade civil brasileira.

O autoritarismo moralista-cristão é a mentalidade que foi canalizada e amplificada pelo bolsonarismo a partir da sociedade brasileira, e não criada por ele. Esse fenômeno ganha força quando arrebatava parte da base que havia sido captada pelo lulismo no seu pacto social que, como vimos na análise que desenvolvemos a partir do André Singer, obteve sucesso com seu programa de combate à pobreza por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, sobretudo no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital financeiro e da burguesia nacional, e mais: integrando economicamente essa massa no sentido de favorecer politicamente tais interesses. Há uma complexa continuação dialética entre lulismo e bolsonarismo: as pontas deixadas soltas no campo ideológico pelo primeiro no tocante à questão da política, agora são atadas pelo segundo.

Ao invés de trabalhar ideologicamente a questão da política enquanto esteve no poder, o lulismo unicamente transformou “pobres em consumidores e não em cidadãos” - como sintetizou de forma certa o ex-presidente do Uruguai, José Mujica³¹. O lulismo se comprometeu por meio de alianças demasiado permissivas em seu pacto conservador, e ignorou as sutilezas e artimanhas da ideologia na sociedade brasileira. Aquilo que o lulismo não fez ideologicamente quando logrou o encontro de uma liderança, a de Lula, com um Estado capaz de ajudar os mais pobres favorecendo a ordem, o bolsonarismo surge para fazer sob o ideológico signo da falência moral do lulismo: trata-se da consolidação do aparelhamento ideológico desse fundo autoritário moralista-cristão no Estado brasileiro, e de maneira fortemente legitimada na sociedade civil. Como isso ocorre junto à massa?

Na heterogênea mentalidade evangélica brasileira que se projetou como um bloco social fundamental na formação política contemporânea, há um traço ideológico importante, que foi ignorado pelo lulismo, mas que adquire centralidade no bolsonarismo: as narrativas míticas (bíblicas) são vivenciadas como fatos reais, *ipsis litteris*; porém isso se dá sob mediações ideológicas profundamente enraizadas na formação social do imaginário popular brasileiro, que entra em convergência com a normatividade neoliberal, harmonizando ideologicamente os interesses do capital com os valores moralistas deste neoconservadorismo de base teocrática neoarcaica. Há uma estrutura social muito bem arquitetada nesse importante segmento do fundamentalismo cristão brasileiro.

31. Em entrevista à BBC Brasil. Disponível em: << <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46624102> >> Acesso em: 30. dez. 2018.

A reprodução social da ideologia evangélica é cuidadosamente organizada nas congregações, lideradas por seus sacerdotes. São células estruturadas com formação doutrinária eficiente e trabalho ideológico visceral. As denominações pentecostais e neopentecostais dominam entre os setores mais pobres, conforme descreve a pesquisa da Andrea Dip (2018); assim como também segmentos não pentecostais tem forte adesão da classe média. Assim, os pastores se tornaram os verdadeiros intelectuais orgânicos da sociedade brasileira. Essas igrejas são instituições mais antigas do que grande parte das universidades, conforme podemos concluir com ajuda de Alderi de Souza Matos, em seu artigo Breve história do protestantismo no Brasil (2011); com isso, conquistaram forte capilaridade ideológica na sociedade brasileira, o que se traduziu progressivamente em resultados eleitorais cada vez mais robustos na cena política.

É importante compreender a lógica alienante do discurso deste movimento: não importa se o conteúdo produzido nem sempre tem lastro efetivo na realidade; a questão é que, apesar de sua virtualidade, este conteúdo é vivenciado como real. Fantasias como o “kit gay” ou a “ameaça comunista” são vividas como reais porque são produzidas ideologicamente a partir da realidade, não simplesmente como falsa consciência, mas como verdades que abrangem a sua própria falsidade à medida que se estabelecem sem qualquer possibilidade de contraponto aquilo que afirmam. O surgimento do bolsonarismo representa o momento em que essa mentalidade cresceu no seio da sociedade civil brasileira, se amplificou como ideologia e adentrou ao Estado implicando em impacto político efetivo. O problema é que, via de regra, essas denominações religiosas são reprodutoras de conteúdos ideológicos arcaicos e autoritários como o patriarcado, a homofobia, a defesa de um Estado cristão, etc.; e até mesmo crenças que nos parecem absurdas, a exemplo daqueles que creem na Terra plana.

O surgimento do bolsonarismo representa o momento em que essa mentalidade cresceu no seio da sociedade civil brasileira, se amplificou como ideologia e adentrou ao Estado implicando em impacto político real e efetivo no âmbito institucional. A questão da política no Brasil bolsonarista passa a sinalizar para um Estado teocrático neoarcaico, que comparece no campo econômico como um excelente negócio para o capital fictício, mas com mediações distintas do lulismo. Afinal, dado o forte arrocho monetário e fiscal após o esgotamento do ciclo expansivo assentado no crédito da era lulista, o governo Bolsonaro segue o mais austero receituário neoliberal imposto pelo mercado financeiro.

Considerações finais

Longe da pretensão de querer dar conta da análise de um período histórico que apenas se inicia, esta exposição se reconhece como um ponto de partida, e não de

chegada; uma investigação ainda em seu começo. Sem temer as palavras, é fundamental colocar duas questões que nos parecem sintetizar os desafios que estão por vir: i) Como pensar a questão da política no Brasil contemporâneo a partir da efetiva relevância do papel político das classes sociais, na medida das possibilidades de legitimação, resistência e enfrentamento em face do surgimento do bolsonarismo na conjuntura hodierna? Esse é o desafio histórico no sentido de se repensar a forma de pensar criticamente a nossa realidade atual em termos de ação política (estratégia e tática); ii) Quando o estágio fictício do capital financeiro consolida sua autonomia com relação ao capital produtivo, isso implica consequentemente na dominação global das relações de produção por aquela classe que Marx chamou de credores do Estado, conhecida da mídia contemporânea por “investidores”. Neste contexto, indagamos: como fica a mediação desse cenário global com a questão da política na esfera nacional sob o período bolsonarista?

A esfera política nacional e suas diatribes no atual cenário político interno do Brasil não pode ser relegada, pois tem um peso importante a partir das disputas históricas que enformam a trama das relações entre Estado e sociedade civil transpassada pela luta de classes em nosso país, sob a dominação do capital fictício. Sem qualquer pretensão, mas com alguma ousadia, nosso argumento aposta na chave heurística de que essa totalidade tem como base a contradição entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais enquanto relações de produção e reprodução do capitalismo global sob os ditames do capital fictício, e de outro, a forma ideológica por meio da qual essas relações são politicamente reconhecidas e vivenciadas internamente sob a dinâmica do emergente fenômeno do bolsonarismo que chegou ao poder no Estado brasileiro. À totalidade desta contradição denominamos como a questão da política no Brasil contemporâneo. A análise trazida aqui se põe como uma primeira aproximação da questão, no esforço de uma investigação que está apenas começando. O desafio não é pequeno e está posto já nos umbrais da entrada deste novo período histórico que se inicia, no qual somos recebidos com a inscrição dantesca: “Lasciate ogne speranza, voi ch’entrate”³².

Recebido em: 04 de maio de 2019.

Aprovado em: 19 de maio de 2019

32. Tradução: “Abandonai toda esperança, vós que entrais”. Ao chegar à entrada do inferno, Dante se assombra com a referida inscrição que se lê sobre o seu portal (ALIGHIERI, 2001, p. 37).

Referências

ABREU, Maria. O descompasso entre república e democracia. - In: Revista Cult, São Paulo, ano 18, nº 206, outubro de 2015, p. 42-45.

ALIGHIERI, Dante. A Divida Comédia - Inferno. - São Paulo : Ed. 34, 2001.

ARAÚJO, Wécio Pinheiro. Estado, capital e forma política na “nova república” brasileira. Anais do II Encontro Nacional dos GT's Marx da ANPOF: UFC, 2017. Disponível em: << <https://drive.google.com/file/d/1SvAGPXwDD0HsTmu0M3Rz-OCHG-7Z8NgW/view> >> Acesso em: 28. dez. 2018.

_____. Ideologia e capital: crítica da razão imanente à sociedade moderna. - João Pessoa/Leipzig: UFPE/UFPB/UFRN-HGB, 2018 (Tese de doutorado).

_____. Sociedade, Estado e política social: contribuição à crítica da alienação política. Revista Argumentum, v. 3, n. 1, UFES, 2011, p. 108-124. Disponível em: << <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/549> >> Acesso em 14. março. 2019.

BELL, Daniel. O fim da ideologia. - Editora Universidade de Brasília, 1980.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. - 1ª. ed. - São Paulo: Todavia, 2018.

DIP, Andrea. Em nome de quem? A bancada evangélica e o seu projeto de poder. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2018.

GONTIJO, Cláudio; OLIVEIRA, Fábio Augusto de Oliveira. Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte : 2009.

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. - São Paulo : Ícone, 1997.

JORNAL VALOR. Dívida Pública Federal fecha 2018 em R\$ 3,877 trilhões. 28 jan. 2018. Disponível em: << <https://www.valor.com.br/brasil/6091459/divida-publica-federal-fecha-2018-em-r-3877-trilhoes> >> Acesso: 31. jan. 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Reforma Política. - São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MATOS, Alderi Souza de. Breve história do protestantismo no Brasil. Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB, v. 3, n. 1, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Resenha crítica: Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador, de Singer, André. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 95, p. 157-163, Mar. 2013 . Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

33002013000100009&lng=en&nrm=iso >>. Acesso em: 28. dez. 2018.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Cartas Filosóficas e outros escritos. São Paulo, SP : Editora Grijalbo, 1977.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. O desmonte da nação em dados. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

MARX, Karl. Grundrisse : manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política. - São Paulo : Boitempo ; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011a.

_____. Das Kapital - Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion. Dritter Band, Drittes Buch (Kapitel XVI-LII). Hamburg, Nikol Verlag., 2016.

_____. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. - São Paulo : Boitempo, 2011b.

_____. O Capital - Crítica da Economia Política. Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista. Vol. V - 4ª. Edição - São Paulo : DIFEL, 1985.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. - 1ª. ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

STIGLITZ, Joseph. Os exuberantes anos 90. - São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2003.

ZIZEK, Slavoj (org). Um mapa da ideologia. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.